



e-News

Dezembro

*Dois
Mil e
Treze*



Add



Follow



Like



Link



Read



Watch



ASSOCIAÇÃO DE EMITENTES O TERCEIRO ANIVERSÁRIO

A AEM cumpriu, no passado dia 15 de Dezembro, o terceiro aniversário da sua constituição.

Estes primeiros três anos de vida da AEM coincidiram, em grande medida, com uma das fases mais difíceis da economia portuguesa e do mercado de capitais nacional.

De facto, foram muitos e importantes os obstáculos e dificuldades que se colocaram, e continuam a colocar-se, ao desenvolvimento do mercado e à actividade das empresas cotadas.

Neste contexto, a consistência e a seriedade do trabalho desenvolvido, e a atitude construtiva e empenho no diálogo permanente, mostraram-se fundamentais para a afirmação da voz comum das empresas emitentes e para a consolidação da capacidade de influenciar as condições de evolução do mercado de capitais português, a qual também a nível internacional tem sido concretizada bem para além do que seriam as expectativas iniciais em função da dimensão da nossa economia.

Naturalmente, o trabalho já desenvolvido pela AEM não teria sido possível sem o acompanhamento e continuada reflexão dos representantes das empresas associadas, membros dos órgãos sociais da nossa Associação, no Conselho Geral, na Direcção e no Conselho Fiscal, a quem é devida uma palavra de público e reconhecido agradecimento.

Do mesmo modo, cumpre registar e enaltecer o apoio e suporte que as iniciativas da Associação têm recebido da parte de todos aqueles que são, em cada empresa associada, os nossos interlocutores regulares.

A esse apoio constante se deve, e muito, a imagem de credibilidade que a AEM conseguiu construir em relativamente pouco tempo, quer nacional quer internacionalmente.

E, para além das empresas associadas, uma palavra é igualmente devida aos nossos principais interlocutores, *e.g.*, órgãos de soberania, autoridades de supervisão e entidades gestoras de estruturas de mercado, bem como às muitas outras entidades que entenderam associar-se à nossa rede de parcerias, todos contribuindo para os bons resultados do trabalho desenvolvido.

A todos agradecemos, e reiteramos o nosso compromisso de que a AEM tudo fará para contribuir para o bom desenvolvimento do mercado português de valores mobiliários e para a melhoria das condições de acesso e permanência das empresas nesse mercado, conforme bem ilustra o exemplo da [“Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais”](#), apresentada em Junho deste ano.



AEM

TRÊS ANOS DE ACTIVIDADE - AS PRINCIPAIS PROPOSTAS

Estruturas de mercado adaptadas à realidade nacional

Criação de instrumentos que facilitem o aumento da liquidez no mercado

Redução dos custos de acesso e permanência no mercado

Consagração de incentivos à presença de investidores e empresas no mercado

Promoção da poupança e do investimento

Medidas para a maior eficiência e celeridade dos Tribunais

Procedimentos de monitorização do funcionamento do mercado

Portugal como plataforma de admissão de empresas da CPLP

Consagração de incentivos ao reinvestimento dos lucros

Verdadeira neutralidade no tratamento fiscal de capitais próprios e capitais alheios

Revisão global da legislação sobre mercado de capitais

Desenvolvimento de um mercado de obrigações

UM PLANO ESTRATÉGICO PARA O MERCADO DE CAPITAIS

Não introdução de um Imposto sobre Transacções Financeiras

Estabilidade Fiscal de Longo-Prazo

Previsibilidade e eficiência da legislação e regulação

Maior cuidado na transposição do Direito Comunitário

Revisão dos requisitos das emissões de obrigações

Reabilitação dos mecanismos de securitização

Criação de fundos de investimento que sirvam as necessidades das PMEs

Revisão e adequação das obrigações de informação a cargo das empresas

Revisão das regras sobre governo das sociedades

Regulação e monitorização das plataformas alternativas de negociação

Generalização do acesso a rating e a análise financeira

Revisão do regime legal do papel comercial



AEM

TRÊS ANOS DE ACTIVIDADE - OS GRANDES TEMAS DA REGULAÇÃO EUROPEIA

Company
Law

Transparency
Directive

Prospectus
Directive

Market
Abuse
Directive

Securities
Law
Legislation

CSDs
Regulation

MiFID

Long
Term
Investment

European
Market
Infrastructure
Regulation

Investor
Compensation
Schemes

Financial
Transaction
Tax

EU
Financial
Supervision

INTERVENÇÃO
DA AEM
A NÍVEL
EUROPEU

SMEs
Financing

European
Authorities
Organisation

Undertakings
for Collective
Investment in
Transferable
Securities

Accounting
e
CBCR

Audit
Regulation

Credit
Rating
Agencies

Corporate
Reporting

Short
Selling
e
CDS

High
Frequency
Trading

Standards
for
General
Meetings

Corporate
Governance

Corporate
Social
Responsibility



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

PONTO DE SITUAÇÃO DA AVALANCHE REGULATÓRIA EUROPEIA - 1/5

LIVRO VERDE SOBRE O FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA EUROPEIA

Em Março de 2013, a Comissão colocou em consulta o Livro Verde sobre o financiamento da economia europeia no longo prazo.

A consulta teve como objectivo suscitar o debate sobre a melhor forma de estimular e melhorar o financiamento a longo prazo na Europa e, deste modo, auxiliar a Comissão na identificação e decisão quanto às principais barreiras ao investimento de longo prazo e sua supressão. A sequência do trabalho a desenvolver, que a Comissão planeia para alturas do final do seu actual mandato, poderá assumir várias formas, legislativas ou não legislativas.

A AEM participou nos trabalhos de preparação da posição da European Issuers em resposta ao Livro Verde, a qual se encontra disponível - [aqui](#)

DIRECTIVA DOS MERCADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em Junho de 2013, o Conselho da UE acordou na posição final sobre a DMIF II (cfr. [aqui](#)) e sobre o Regulamento relativo aos mercados de instrumentos financeiros (cfr. [aqui](#)).

Assim, após três anos de interregno, as propostas sobre esta matéria entraram em fase de discussão tripartida e estão em discussão na ESMA.

Sem prejuízo, devido às consideráveis diferenças entre as posições do Conselho e do Parlamento,

deverá ser difícil alcançar um documento consensual de Nível 1 a tempo de evitar a sobreposição com as eleições para o Parlamento Europeu, que terão lugar em Maio de 2014.

DIRECTIVA DO PROSPECTO

Em Fevereiro de 2013, foi publicado o Decreto-Lei n.º 18/2013, que procedeu à transposição da Directiva 2010/73/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, que alterou a Directiva do Prospecto e a Directiva da Transparência, tendo o sistema jurídico português passado a estar inteiramente alinhado com as regras de Direito Comunitário vigentes nesta matéria (cfr. [aqui](#)).

Em Agosto de 2013, foi publicado o Regulamento Delegado (UE) n.º 759/2013 da Comissão, de 30 de Abril de 2013, que alterou o Regulamento (CE) n.º 809/2004 no que respeita aos requisitos de divulgação para os títulos de dívida convertíveis e passíveis de troca (cfr. [aqui](#)).

DIRECTIVA DA TRANSPARÊNCIA

Sem prejuízo do já mencionado a propósito da Directiva do Prospecto, em Outubro de 2011, foi publicada uma proposta de Directiva da Comissão que modifica a Directiva relativa à Transparência 2004/109/EC (tendo em vista, principalmente, uma maior generalização da informação relativa às participações sociais e a abolição da exigência de informação periódica trimestral).



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

PONTO DE SITUAÇÃO DA AVALANCHE REGULATÓRIA EUROPEIA - 2/5

Em Junho de 2013, o texto da proposta foi adoptado em plenário pelo Parlamento Europeu e, em Outubro de 2013, aprovado pelo Conselho e publicado na sua versão final (cfr. [aqui](#)).

A Directiva da Transparência alterada deverá ser transposta para a legislação nacional nos dois anos seguintes à sua publicação, pelo que é previsível que a respectiva implementação se realize, o mais tardar, até ao final de 2015.

DIRECTIVA SOBRE ABUSO DE MERCADO

Em Outubro de 2011, a Comissão adoptou a proposta para um Regulamento relativo ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado (abuso de mercado), e a proposta para uma Directiva relativa a sanções penais aplicáveis ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado.

Em Junho de 2013, em sede de discussão tripartida, foi alcançado acordo quando ao conteúdo final do referido Regulamento (cfr. [aqui](#)). O Regulamento deverá entrar em vigor dois anos depois da sua publicação no Jornal Oficial (publicação que deverá acontecer pelo final do corrente ano).

Em complemento, algumas normas complementares, a desenvolver, ao nível dos requisitos técnicos, pela ESMA durante os próximos dois anos, devem entrar em vigor logo após a sua publicação.

A ESMA publicou entretanto um Documento de Discussão que salienta a visão inicial desta

instituição sobre as medidas de implementação a ser desenvolvidas depois da adopção do novo Regulamento (cfr. [aqui](#)).

A data limite para os comentários a este documento é o dia 27 de Janeiro de 2014.

DIRECTIVA SOBRE OS DIREITOS DOS ACCIONISTAS

Estão em curso discussões informais entre a Comissão Europeia e um conjunto de interlocutores relevantes relativamente a eventuais alterações à Directiva em epígrafe.

A Comissão pretende, designadamente, adoptar medidas que conduzam a um maior envolvimento dos accionistas na definição das políticas das sociedades.

A Comissão prevê apresentar uma proposta de revisão da Directiva por volta do mês de Fevereiro de 2014.

DIRECTIVA RELATIVA A CERTOS ASPECTOS DO DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (SECURITIES LAW LEGISLATION)

Sob a designação genérica de Securities Law Legislation, cuja primeira versão preliminar foi apresentada em Março de 2012, inclui-se o tratamento de um conjunto diverso de questões jurídicas: propriedade accionista, transferência de valores mobiliários, aspectos relacionados com assembleias gerais, identificação accionista, ou matérias de liquidação de títulos, entre outras.



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

PONTO DE SITUAÇÃO DA AVALANCHE REGULATÓRIA EUROPEIA - 3/5

Na perspectiva da Comissão, a concretização desta regulação é indispensável para a obtenção dos efeitos de maior concorrência e menores custos que prosseguem o projecto T2S do Banco Central Europeu e o Regulamento sobre centrais de valores mobiliários (CSD-Regulation) ainda em discussão.

O texto encontra-se em discussão no Parlamento Europeu e no Conselho (cfr. [aqui](#)).

Esta legislação deverá entrar em vigor previamente ao início de funcionamento do sistema T2S, portanto, em princípio, durante o primeiro semestre de 2015.

Note-se que o nome de Securities Law Legislation (e não Directive ou Regulation) espelha o facto de ainda não estar tomada a decisão quanto ao carácter formal das normas a adoptar: directiva, com necessidade de transposição, ou regulamento com aplicabilidade directa.

PLANO DE ACÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE DIREITO DAS SOCIEDADES E DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Na sequência da publicação, em Abril de 2011, do Livro Verde da Comissão Europeia – “O Quadro do Governo das Sociedades na União Europeia” –, e no contexto geral das iniciativas que pretende tomar para modernizar e melhorar o actual quadro regulatório em matéria de governo de sociedades, a Comissão prevê publicar em Fevereiro de 2014 um texto (em princípio, de natureza recomendatória) sobre o princípio “comply or explain”.

PROXY ADVISERS

A Comissão Europeia perspectiva vir a introduzir medidas relativas ao exercício da actividade de *proxy adviser*, decorrendo actualmente discussões informais sobre a matéria. No entanto, na sequência do relatório sobre o mesmo tema publicado pela ECSDA ([ESMA's Final Report: Feedback Statement on the Consultation Regarding the Role of the Proxy Advisory Industry](#)), a indústria desenvolveu o seu próprio documento de auto-regulação ([Best Practice Principles for Governance Research Providers](#)) o qual tem estado em consulta pública.

CORPORATE REPORTING

Em Abril de 2013, a Comissão Europeia adoptou uma proposta de Directiva relativa à divulgação de informação não financeira pelas sociedades. Esta Directiva altera as Directivas de Auditoria (Quarta e Sétima Directivas de Auditoria relativas à revisão legal das contas anuais e consolidadas 78/660/EEC e 83/349/EEC).

O objectivo da Comissão é o de aumentar a transparência e desempenho das sociedades europeias em matéria ambiental e social e, assim, contribuir eficazmente para um crescimento do emprego e da economia a longo termo. Porém, considerado o texto em discussão, parece provável que a regulamentação em causa venha aumentar ainda mais o peso, já excessivo, das obrigações de reporte a cargo das empresas cotadas (cfr. [aqui](#)).



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

PONTO DE SITUAÇÃO DA AVALANCHE REGULATÓRIA EUROPEIA - 4/5

IMPOSTO SOBRE TRANSACÇÕES FINANCEIRAS

Em Janeiro de 2013, o Conselho autorizou onze países a implementarem um imposto sobre as transacções financeiras através de um mecanismo de cooperação reforçada.

A Proposta da Comissão para uma Directiva que implemente uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre transacções financeiras foi publicada em Fevereiro de 2012.

O texto da proposta foi adoptado em plenário pelo Parlamento Europeu, em Julho de 2013, e encontra-se actualmente em discussão entre os onze Estados membros do mecanismo de cooperação reforçada.

A European Issuers constituiu um Expert Working Group, liderado pelo Director Executivo da AEM, o qual publicou, em Julho de 2013, a sua posição contrária à introdução deste imposto ao abrigo de um mecanismo de cooperação reforçada - [aqui](#).

Na sequência da publicação da posição da European Issuers, o Expert Working Group da European Issuers tem mantido contactos com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, no sentido de reiterar e reforçar a oposição das empresas emitentes à introdução do imposto sobre transacções financeiras.

No que respeita à evolução da discussão de implementação do ITF, contudo, os sinais mais recentes mostram-se bastante contraditórios, pelo que ainda é prematuro tentar antever qual poderá ser a evolução subsequente do tema.

AUDITORIA

Em novembro de 2011, a Comissão Europeia apresentou as propostas de Directiva relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e de Regulamento relativo aos requisitos específicos para a revisão legal das contas de entidades de interesse público (cfr. [aqui](#)).

Entretanto, está em curso a Consulta Pública da CMVM n.º 4/2013, relativa ao Projeto de Regulamento da CMVM, sobre o registo dos auditores e seus deveres (revoga o Regulamento da CMVM n.º 6/2000) e proposta de alteração do artigo 9.º do Código dos Valores Mobiliários (cfr. [aqui](#)).

A AEM deverá apresentar resposta a esta consulta pública.

DIVERSIDADE DE GÉNERO NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Em Novembro de 2012, foi adoptada pela Comissão uma proposta de Directiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres principalmente ao nível não executivo mas também ao nível executivo (cfr. [aqui](#)).

Em Novembro de 2013, o Parlamento aprovou em plenário a proposta de Directiva, a qual passou então para a apreciação do Conselho.

Entretanto, numa iniciativa autónoma, a AEM sugeriu ao IPCG que incluía no respectivo Código de Governo das Sociedades uma recomendação sobre esta matéria.



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

PONTO DE SITUAÇÃO DA AVALANCHE REGULATÓRIA EUROPEIA - 5/5

EUROPEAN MARKET

INFRASTRUCTURES REGULATION

O EMIR é o Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções, e respectiva regulamentação.

O EMIR entrou em vigor em Agosto de 2012 e, tratando-se de um Regulamento da União Europeia, as suas disposições são obrigatórias e directamente aplicáveis em todos os Estados membros, não carecendo de ser transpostas para a ordem jurídica interna.

Contudo, algumas obrigações impostas pelo EMIR ficaram dependentes de ulterior concretização através de regulamentos delegados e de execução a adoptar pela Comissão Europeia, definindo normas técnicas no que se refere a determinadas matérias, com base em projectos a elaborar, para o efeito, pela ESMA.

Até à presente data, foram já adoptados pela Comissão Europeia diversos regulamentos, disponíveis para consulta na página específica do site da ESMA - [aqui](#), os quais, na generalidade dos casos, entraram em vigor no dia 15 de Março de 2013.

O EMIR prevê obrigações de reporte a cargo de entidades não financeiras, designadamente empresas cotadas, cujo cumprimento deve ser realizado junto de um repositório de transacções

devidamente autorizado ou reconhecido no Estado membro em causa.

Nestes termos, a plena aplicação da obrigação de reporte de informação a repositórios de transacções depende da existência de registo, junto da ESMA, de um repositório de transacções, pelo que a obrigação de reporte só deverá ser aplicável a partir de Fevereiro de 2014.

A plena aplicação do EMIR depende ainda, entre outras matérias, da definição, pelos Estados membros, de quais as autoridades nacionais competentes para a supervisão do cumprimento dos deveres impostos pelo EMIR às contrapartes não financeiras.

No âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, foi elaborada e apresentada ao Governo uma anteproposta de lei de autorização legislativa e um anteprojecto de diploma que visa regular as matérias em apreço, cuja competência para aprovação cabe à Assembleia da República e ao Governo.

Está igualmente em curso a revisão dos Regulamentos da CMVM n.º 4/2007 e n.º 1/2011 sobre Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços, bem como o Regulamento da CMVM n.º 5/2007 sobre Compensação, e Liquidação.

Face à complexidade da matéria, a AEM realiza, no próximo dia 15 de Janeiro de 2014, o seminário “EMIR - Novos Mecanismos de Reporte de Operações”, com a colaboração da Vieira de Almeida & Associados e da DTCC Deriv/SERV.



LEGISLAÇÃO FISCAL E MERCADO DE CAPITAIS

Em Junho deste ano, a AEM suscitou um debate sobre a situação do mercado de capitais português, através da realização da “[Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais](#)”, na qual foram apresentadas 24 propostas para a afirmação do mercado como uma verdadeira alternativa para o financiamento das empresas e para a facilitação do acesso e manutenção das empresas portuguesas em Bolsa.

O leque das recomendações apresentadas incluía propostas de natureza fiscal, pois, na medida em que a eficiência do mercado tem natureza sistémica, a tributação a ele associada é profundamente relevante para o respectivo desempenho.

Das 24 recomendações apresentadas no Relatório publicado pela AEM, seis tinham natureza fiscal, cobrindo um espectro de actuação que ia desde a genérica necessidade de estabilidade a medidas concretas de incentivo à consolidação do tecido empresarial e à capitalização das empresas, fomentando o mercado de capitais, também pela via da substituição do financiamento bancário às PME's pelo financiamento mediante aumento de capital social e emissão de obrigações.

Alguns dos objectivos e várias das medidas propostas foram partilhadas pela Comissão da Reforma do IRC e depois pelo Governo, incluindo o apelo a uma alargada estabilidade temporal para a Reforma.

E o facto de a Reforma do IRC, em aprovação no Parlamento à data de fecho desta E-news,

constituir o resultado do consenso entre Governo e oposição, permite algum optimismo quanto à estabilidade fiscal a médio prazo nesta matéria.

A proposta em discussão no Parlamento incluiu a Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) e a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), ainda que limitadas a PME's.

Ambas as propostas constavam dos documentos apresentados pela AEM, sendo que a proposta relativa à RCCS incluía também a sua majoração para empresas com valores cotados.

Relativamente aos incentivos à poupança e ao investimento, para além do alargamento da *participation exemption* (ainda que não específico para os títulos de empresas cotadas), há que salientar o recente alargamento do regime especial de tributação da dívida (cfr. [aqui](#)).

Lamentavelmente, a recomendação que visava a criação de incentivos à presença de emitentes no mercado não foi acolhida, nem parece ter sido sequer debatida; a AEM propunha a este respeito a recuperação da autorização legislativa que previa uma majoração em sede de IRC dos gastos relacionados com a admissão à cotação de PME's, assim como uma dedução à colecta de 25% dos valores aplicados na subscrição de capital de PME's cotadas e de unidades de participação em fundos de investimento em PME's.

Texto preparado em colaboração com a PwC no âmbito da “Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais”



O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E A PARTICIPATION EXEMPTION

por Jaime Carvalho Esteves

As propostas da Comissão para a reforma do IRC e as propostas fiscais contidas na “Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais - 24 Recomendações para a Dinamização do Mercado Português”, apontam para soluções próximas, e.g., a alteração do regime de “participation exemption” para dividendos, mais-valias e também para lucros imputáveis a estabelecimentos estáveis situados no exterior.

A Comissão da Reforma propunha, com algumas limitações, a redução para 2% da participação relevante para isenção de dividendos auferidos, alargando esta isenção a dividendos oriundos de Estados terceiros, independentemente do objecto social da entidade beneficiária (i.e., não exigindo que a mesma fosse uma SGPS), bem como a dividendos auferidos por entidades não residentes de entidades residentes.

Por sua vez, a não inclusão no lucro tributável das mais e das menos-valias resultantes de transmissão de participações sociais, na proposta da Comissão, tinha idêntico alcance, não ficando dependente de uma percentagem mínima de participação.

No entanto, a proposta do Governo aumentou estes requisitos, exigindo em qualquer caso uma participação não inferior a 5% do capital social, pelo que para as mais-valias o regime proposto era menos favorável do que o actualmente previsto para as SGPS.

No debate parlamentar surgiu a possibilidade de subir aquela percentagem para 10%, superior portanto ao exigido na Holanda ou no Luxemburgo, países nos quais aquela percentagem é igual ou menor e, alternativamente, o critério de acesso à “participation exemption” pode ser cumprido apenas com um custo de aquisição superior a determinado montante.

Vale isto por dizer que uma reforma do IRC que previsse, “apenas”, um requisito de 10% de participação como condição de acesso à “participation exemption”, tornaria o nosso regime fiscal (ainda) menos competitivo do que o é hoje, com um impacto negativo na atractividade da bolsa de valores na vertente de “equity”.

Nestes termos, a solução final a aprovar, por consenso entre Governo e oposição, e que assegura o critério da detenção, directa ou indirecta, de 5% do capital social ou dos direitos de voto, é uma solução positiva para o mercado de capitais.

Jaime Carvalho Esteves

Lidera os departamentos
de Fiscalidade e de
Governo e Sector Público
da PwC

jaime.esteves@pt.pwc.com
www.pwc.pt

CONVIDADO
AEM





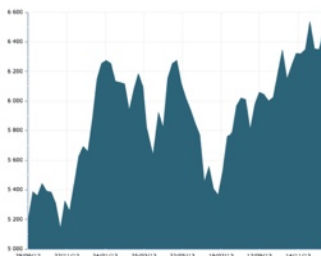
AEM APOIA E APLAUDE PRIVATIZAÇÃO DOS CTT EM BOLSA

A AEM tem defendido, e incluiu uma Recomendação nesse sentido na [“Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais”](#), que, sempre que oportuno e compatível com os objectivos de privatização, deve ser considerada a possibilidade de algumas fases das operações de privatização em curso poderem envolver a Bolsa portuguesa.

Nestes termos, a AEM suportou, e apoiou publicamente, a decisão tomada pelo Estado português no sentido de proceder à privatização de uma parte significativa do capital dos CTT - Correios de Portugal através de uma oferta pública de venda no mercado de capitais portugueses.

A AEM felicita igualmente a Administração dos CTT pelo sucesso da operação em causa, a qual ajudará a dar maior visibilidade e profundidade ao nosso mercado de capitais, contribuindo para uma maior diversificação das fontes de financiamento ao dispor das empresas portuguesas.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PSI-20 AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS MESES



AQUISIÇÃO DA NYSE EURONEXT PELA INTERCONTINENTAL EXCHANGE

O processo de aquisição da NYSE Euronext pela Intercontinental Exchange (ICE) ficou completo no dia 13 de Novembro.

A Administração da nova ICE Euronext reiterou a sua vontade de concretizar uma operação de spin-off da Euronext N.V., em princípio através da realização de um IPO, em 2014.

Trata-se, naturalmente, de um dos assuntos que irá merecer mais especial atenção e acompanhamento por parte da AEM ao longo do ano de 2014.

AEM EM AUDIÊNCIA PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A AEM foi recebida, em audiência parlamentar, pela COFAP - Comissão do Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República, para apresentação e discussão do seu Plano para a Dinamização do Mercado de Capitais portugueses.

A reunião teve lugar no dia 9 de Outubro, merecendo destaque a relevância da sua realização no momento em que a Comissão se preparava para iniciar a análise e discussão do Orçamento de Estado para 2014, em articulação com as propostas para a Reforma do IRC.



CONFERÊNCIA "CORPORATE GOVERNANCE EM ESPANHA E PORTUGAL - O QUE MUDA"

Com o apoio e a colaboração da AEM, a Universidade Católica Portuguesa organizou, no dia 29 de Novembro de 2013, uma conferência sobre o tema "Corporate Governance em Espanha e Portugal".

A Conferência contou com intervenções do Presidente desta Associação, Dr. Luis Palha da Silva, e do seu Director Executivo, num debate inédito que trouxe a Portugal a Presidente da Comissão de Mercados de Valores de Espanha, acompanhada nas reflexões apresentadas pelo Presidente da CMVM e por figuras ligadas à área do governo societário e dos mercados de capitais dos dois países que reflectiram sobre as mudanças profundas em curso nesta área.

Na respectiva intervenção, o Director Executivo da AEM frisou que "Portugal não terá um sector privado suficientemente forte e devidamente capitalizado enquanto o mercado de capitais não se apresentar como uma alternativa credível ao financiamento bancário", recordando, a propósito da possibilidade de intervenções regulatórias mais agressivas que possam afastar as empresas do mercado, que "sem investidores não há mercado de capitais, mas sem empresas emittentes também não" (cfr. [aqui](#)).



RELATÓRIO CATÓLICA/AEM 2013 - VERSÃO EM LÍNGUA INGLESA

Durante a conferência, a AEM procedeu à apresentação pública da versão em língua inglesa do Relatório Católica Lisbon/AEM - Governo das Sociedades em Portugal - 2013, dados referentes a 2012, o qual pode ser consultado [aqui](#)

Esta versão do Relatório encontra-se igualmente disponível no portal Portugal Economy Probe - [aqui](#)





AUTORIDADES NACIONAIS

CMVM

Consulta Pública n.º 4/2013

Projecto de Regulamento da CMVM relativo ao Registo dos Auditores e seus Deveres e Proposta de Alteração do artigo 9.º do Código dos Valores Mobiliários - [aqui](#)
A consulta decorre até ao dia 15 de janeiro de 2014.

Relatório Trimestral de Intermediação Financeira - 3.º Trimestre de 2013 - [aqui](#)

Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Portugueses - Novembro de 2013 - [aqui](#)

Indicadores Mensais sobre Recepção de Ordens por Conta de Outrem - Novembro 2013 - [aqui](#)

Relatório Trimestral de Intermediação Financeira - 3.º Trimestre de 2013 - [aqui](#)

Estatísticas Trimestrais sobre Day-Trading - 3º Trimestre de 2013 - [aqui](#)

Protocolo Celebrado pela CMVM com 19 Bancos Relativo à Comercialização de Produtos Financeiros Complexos Junto de Clientes de Retalho - [aqui](#)

BANCO DE PORTUGAL

Boletim Económico – Inverno 2013: Projeções para a Economia Portuguesa 2013-2015 - [aqui](#)

Boletim Estatístico - Dezembro 2013 – [aqui](#)

Boletim Oficial do Banco de Portugal - Dezembro 2013 - [aqui](#)

Indicadores de Conjuntura - Dezembro 2013 - [aqui](#)

Relatório de Estabilidade Financeira – Novembro 2013 - [aqui](#)

Relatório dos Sistemas de Pagamento - 2012 – [aqui](#)

Análise Sectorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2013/2013 - Novembro 2013 - [aqui](#)

Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2006-2012 - Novembro 2013 - [aqui](#)

Intervenção do Governador Carlos da Silva Costa na Conferência "Consensus e Reforma Institucional" - [aqui](#)

CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

Esclarecimento sobre o Regulamento n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos Derivados do Mercado de Balcão, às Contrapartes Centrais e aos Repositórios de Transacções - [aqui](#)

ESTUDOS E *PAPERS*

IGCP - Portugal: Moving Ahead – [aqui](#)

OECD - Making Stock Markets Work to Support Economic Growth - [aquí](#)

World Bank - Doing Business in Portugal
2014 - [aqui](#)

OECD - Pier Carlo Padoan, Chief Economist
- “The Global Economy” - [aquì](#)

U.S. Department of the Treasury - Report to Congress on International Economic and Exchange Rate Policies - [aquí](#)

PwC - IPO Watch Europe Survey - Q3 2013 - [aqui](#)

ECSDA - CSD Issuer Services – [aqui](#)

FESE - European Securities Exchange
Statistics - November 2013 - [aqui](#)

The future of the Paris Bourse - The Economist - [aquí](#)

IFF - Restoring Financing and Growth to Europe's SMEs - [aqui](#)

UK - Government Office for Science - The
Future of Computer Trading in Financial
Markets - An International Perspective –
[aqui](#)

Nature – Abrupt Rise of New Machine Ecology Beyond Human Response Time - [aqui](#)



AUTORIDADES EUROPEIAS E FORA INTERNACIONAIS

EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

Credit Rating Agencies - Sovereign Ratings Investigation - ESMA's Assessment of Governance, Conflicts of Interest Resourcing Adequacy and Confidentiality Controls – [aqui](#)

Review of Accounting Practices – [aqui](#)

Information on Shareholder Cooperation and Acting in Concert Under the Takeover Bids Directive - [aqui](#)

Keynote Speech on Financial Regulatory Outlook - Steven Maijoor - Chair of ESMA - [aqui](#)

Work Programme for 2014 – [aqui](#)

EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Work Programme for 2014 – [aqui](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Annual Report - 2013 – [aqui](#)

Global Financial Stability Report – [aqui](#)

World Economic Outlook (WEO) - October 2013 – [aqui](#)

Fiscal Monitor - October 2013 – [aqui](#) Fiscal Consolidations and Growth: Does Speed Matter? – [aqui](#)

Shining a Light on the Mysteries of State: The Origins of Fiscal Transparency in Western Europe – [aqui](#)

The Euro Area Crisis: Need for a Supranational Fiscal Risk Sharing Mechanism? – [aqui](#)

Fiscal Consolidation in the Euro Area: How Much Can Structural Reforms Ease the Pain? – [aqui](#)

The Euro Area Crisis: Need for a Supranational Fiscal Risk Sharing Mechanism? – [aqui](#)

Managing Director's Global Policy Agenda to the International Monetary and Financial Committee – [aqui](#)

IOSCO - INTERNATIONAL ORGANISATION OF SECURITIES COMMISSIONS

Securities Markets Risk Outlook 2013-2014 – [aqui](#)

Regulatory Issues Raised by Changes in Market Structure – [aqui](#)



CAPITALIZAÇÕES BOLSISTAS

DADOS recolhidos em 20 de DEZEMBRO de 2013

FONTE: EURONEXT LISBON

Valores	CAP	COMP	PSI20	PSIGeral
GALP ENERGIA	9 076 684 094,00 €	A	13,31%	15,50%
JERÓNIMO MARTINS	888 247 380,00 €	A	12,60%	15,47%
EDP	8 105 317 448,00 €	A	15,50%	14,21%
BANCO ESPIRITO SANTO	4 005 874 686,00 €	A	10,65%	6,80%
EDP RENOVAVEIS	3 381 066 436,00 €	A	4,17%	5,85%
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	3 143 293 146,00 €	A	11,89%	4,91%
PORTUGAL TELECOM	2 928 008 192,00 €	A	9,35%	5,05%
ZON OPTIMUS	2 728 809 830,00 €	B	4,57%	4,86%
PORTUCEL	2 244 170 000,00 €	A	2,17%	3,81%
SONAE	2 100 000 000,00 €	A	4,01%	3,52%
CIMPOR	1 834 560 000,00 €	A		3,19%
BANCO BPI	1 683 290 000,00 €	A	2,02%	2,84%
SEMAPA	974 822 682,00 €	B	1,95%	1,71%
ESPIRITO SANTO FINANCIAL	940 652 485,00 €	E	1,73%	1,52%
SONACOM	924 773 342,00 €	B	1,17%	1,64%
MOTA-ENGIL	884 026 202,00 €	B	1,12%	1,58%
CTT CORREIOS PORTUGAL	847 500 000,00 €	B		1,50%
REN	582 193 500,00 €	B	1,16%	1,02%
ALTRI	460 110 340,00 €	B	1,16%	0,81%
TEIXEIRA DUARTE	382 200 000,00 €	C		0,50%
CORTICEIRA AMORIM	299 250 000,00 €	B		0,51%
BANIF	298 821 507,00 €	C	0,01%	0,52%
IMPRESA	181 440 000,00 €	C		0,32%
IBERSOL	140 000 000,00 €	C		0,19%
SUMOL+COMPAL	105 097 125,00 €	C		0,17%
MEDIA CAPITAL	98 035 289,00 €	C		0,15%
NOVABASE	89 179 959,00 €	C		0,18%
SONAE CAPITAL	85 000 000,00 €	C		
SONAE INDÚSTRIA	82 040 000,00 €	C	0,19%	0,13%
VAA VISTA ALEGRE	75 429 351,00 €	C		0,12%
INAPA-PREF S/ VOTO	72 235 306,00 €	C		0,06%
MARTIFER	72 000 000,00 €	C		0,13%
ESTORIL SOL N	66 917 562,00 €	C		0,11%
E.SANTO FIN.NOM	66 829 810,00 €	E		0,09%
SAG GEST	62 812 827,00 €	C		0,11%
SOARES DA COSTA	55 998 069,00 €	C		0,10%
COFINA	51 385 484,00 €	C	0,09%	0,09%
SPORTING	36 660 000,00 €	C		0,06%
INAPA-INV.P.GESTAO	36 000 000,00 €	C		0,06%
F.RAMADA	35 128 799,00 €	C		0,09%
TOYOTA CAETANO	26 950 000,00 €	C		0,04%
OREY ANTUNES ESC.	20 880 000,00 €	C		0,05%
GLINTT	20 871 088,00 €	C		0,04%
REDITUS	19 030 298,00 €	C		0,03%
BENFICA	17 940 000,00 €	C		0,03%
ESTORIL SOL P	7 639 976,00 €	C		0,03%
FUT.CLUBE PORTO	6 000 000,00 €	C		0,03%
LISGRÁFICA	5 600 899,00 €	C		0,01%
VAA-V.ALEGRE-FUSAO	4 727 167,00 €	C		0,03%
IMOB.C GRAO PARA	2 400 000,00 €	C		0,01%
COMPTA	510 000,00 €	C		0,01%
SOARES DA COSTA-PREF	6 622,00 €	C		0,01%

Capitalização Total	
A	39 390 511 382,00 €
B	7 701 485 896,00 €
C	2 158 937 328,00 €
E	1 007 482 295,00 €
Total	50 258 416 901,00 €



A AEM nos MEDIA

Destaques

DIÁRIO ECONÓMICO

Abel Sequeira Ferreira - Entrevista -
Situação Actual do Mercado de Capitais -
11 de Dezembro - [aqui](#)

AEM defende diversidade nos Órgãos de
Administração - 7 de Novembro - [aqui](#)

JORNAL DE NEGÓCIOS

Participação de Abel Sequeira Ferreira na
conferência "A Retoma dos Mercados" - 13
de Novembro - [aqui](#)

ECONÓMICO TV

"Conselho Consultivo" - 10 de Dezembro -
[aqui](#)

"Conselho Consultivo" - 1 de Outubro - [aqui](#)
e [aqui](#)

NOTÍCIAS MAIS LIDAS NO FACEBOOK DA AEM

Relatório CatólicaLisbon/AEM - Governo
das Sociedades em Portugal 2013 -
Publicada a versão em língua inglesa - [aqui](#)

AEM concorda com privatização dos CTT
em Bolsa - [aqui](#)

A AEM nas REDES SOCIAIS

A AEM tem vindo a intensificar a sua
presença nas redes sociais,
designadamente, através da divulgação da
actividade da Associação, mas, também,
através da informação sobre os aspectos
mais significativos da actividade relacionada
com o nosso Mercado de Capitais.

Siga a AEM, nas redes sociais, aqui:

WEBSITE



RSS



FACEBOOK



LINKEDIN



PUBLICAÇÕES



YOUTUBE



FLIPBOARD





e-News

Dezembro

***Dois
Mil e
Treze***

Copyright © AEM

Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Dezembro de 2013